



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO PARA O CONCURSO PÚBLICO

AQUISIÇÃO DE BENS ALIMENTARES PARA O ANO 2025 PARA DIVERSAS

CASAS DE ACOLHIMENTO, CENTROS DE EDUCAÇÃO E

DESENVOLVIMENTO E CENTRO CULTURAL CASAPIANO DA CASA PIA DE

LISBOA I.P.

Processo n.º 2525000040



PARTE I
CLÁUSULAS GERAIS
Capítulo I

Cláusula 1.^a

Identificação do concurso

O presente concurso tem por objeto a aquisição e fornecimento de produtos alimentares para 2025 para as diversas Casas de Acolhimento (CA), Centros de Educação e Desenvolvimento (CED) e Centro Cultural Casapiano (CCC) da Casa Pia de Lisboa I.P., nas condições previstas no presente programa e no caderno de encargos do procedimento.

Cláusula 2.^a

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Casa Pia de Lisboa, I.P., abreviadamente designada por CPL, I.P., sita na Av. do Restelo, n.º 1 – 1449-008, Lisboa, telefone n.º 213 614 000, e com o endereço de correio eletrónico: contratacao.publica@casapia.pt

Cláusula 3.^a

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por Despacho, da Senhora Presidente do Conselho Diretivo, Dra. Maria de Fátima da Fonseca Matos, cargo para que foi nomeada pelo Despacho n.º 12985/2023, de 7 de dezembro de 2023, publicado no Diário da República, II Série, n.º 243, de 19 de dezembro de 2023 e ao abrigo da Deliberação n.º 113/2023 de Delegação de competências publicada no Diário da República, II Série, n.º 20, de 27 de janeiro de 2023, órgão competente para autorizar a despesa, nos termos previstos, fundamentando a escolha do procedimento ao abrigo da base legal constante na alínea b) do n.º 1 deste convite.

A escolha do procedimento – concurso público - é efetuada ao abrigo da base legal constante na alínea b), do n.º 1, do artigo 20.º do CCP.

A despesa inerente ao presente procedimento foi autorizada com base no cabimento n.º 8225000040 a 8225000055 e 8225000066 a 8225000086.



Cláusula 4.^a

Dúvidas e esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, devem ser solicitados por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, e no mesmo prazo, devem de apresentar uma lista em que identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, através da funcionalidade existente na plataforma eletrónica ACINGOV.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, até ao segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas, pelo júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, pelo mesmo meio.

Cláusula 5.^a

Peças do procedimento

O presente procedimento é constituído pelas seguintes peças:

- a) Presente programa do procedimento;
- b) Caderno de encargos e seus anexos, os quais contêm as quantidades, especificações técnicas e restantes aspetos essenciais à aquisição dos bens a contratar.
- c) Anúncio do procedimento.

Cláusula 6.^a

Valor base do procedimento

O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição dos bens objeto do presente procedimento, é globalmente de **€ 173.872,32** (cento e setenta e três mil oitocentos e setenta e dois euros e trinta e dois cêntimos), e por cada lote os seguintes, todos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor:

- Lote 1 – Alimentos específicos – 10.208,53€
- Lote 2 – Amêndoas Páscoa – 704,78€
- Lote 3 – Bebidas alcoólicas – 3.045,07€
- Lote 4 – Bebidas não alcoólicas – 7.991,02€
- Lote 5 – Bolos Páscoa e Natal – 8.216,48€



- Lote 6 – Carne – 14.209,34€
- Lote 7 – Carne Francisco Margiochi – 1.902,50
- Lote 8 – Chas, doces e bolachas – 16.905,79€
- Lote 9 – Diversos – 1.416,44€
- Lote 10 – Hortofrutícolas – 14.873,28€
- Lote 11 – Hortofrutícolas Areia Branca – 568,29€
- Lote 12 - Hortofrutícolas Francisco Margiochi - 1.351,00€
- Lote 13 – Laticínios – 25.315,71€
- Lote 14 – Laticínios Francisco Margiochi – 524,00€
- Lote 15 - Mercearias – 26.878,66€
- Lote 16 – Pão e bolos – 19.884,74€
- Lote 17 – Pão e bolos AB – 2.988,00€
- Lote 18 – Pão e bolos Francisco Marchiochi – 1.094,10€
- Lote 19 - Peixe – 5.486,87€
- Lote 20 – Peixe fresco – 752,20€
- Lote 21 – Queijo – 2.343,56€
- Lote 22 - Ultracongelados – 4.794,21€
- Lote 23 – Alimentação Farmacêutica – 2.417,75€

O preço referido inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CPL, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão/atualização do preço contratado.

Cláusula 7.ª

Prazo de execução

1. O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento contempla o fornecimento dos bens alimentares, referidos no Anexo A, para as diversas Casas de Acolhimento, CED e CCC da Casa Pia de Lisboa I.P., a partir da assinatura do



contrato e até ao prazo máximo de 31 de dezembro 2025. As entregas serão concretizadas de forma faseada, consoante requisição enviada pelo CED, sendo as mesmas efetuadas uma vez por semana.

Cláusula 8.ª

Elementos da proposta

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
 - a) Declaração do concorrente da aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I;
 - b) Documentos que contenham o preço unitário nos termos do mapa de quantidades de cada bem submetido à concorrência e o valor global de cada lote de acordo com o disposto no artigo 60.º do CCP;
 - c) Documentos que contenham os termos ou condições, relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, que são os seguintes:
 - i) As quantidades, especificações dos bens, quantidades mínimas de fornecimento, de acordo com os previstos no caderno de encargos;
 - ii) Prazo e condições de garantia;
 - iii) Outros documentos que o concorrente apresente ao abrigo do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
3. Declaração de compromisso relativa ao número de produtos detentores de certificação (Modo de Produção Biológica, Denominação de Origem Protegida ou Indicação Geográfica Protegida), caso tal compromisso seja passível de ser assumido;
4. A proposta deve ser redigida em língua portuguesa, nos termos do artigo 58.º do CCP.



Cláusula 9.ª

Prazo e modo de apresentação da proposta

- a) A proposta, bem como os documentos que a acompanham, deverão ser enviados **através da plataforma ACINGOV e devem ser submetidas até às 23:59 do 6.º dia**, a contar da data de envio de anúncio para o DRE.
- b) Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados, pelo mesmo meio indicado na alínea anterior.
- c) Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por um representante que tenha poderes para obrigar a entidade.

Cláusula 10.ª

Propostas Variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Cláusula 11.ª

Motivos de exclusão de propostas

1. São excluídas as propostas que:

- a) Não apresentem a declaração em conformidade com o modelo constante do anexo I, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do ponto VIII do presente programa;
- b) Proponham preço contratual superior ao fixado no ponto VI do presente programa e na cláusula 2.ª do caderno de encargos;
- c) Proponham um prazo de entrega superior ao definido na cláusula 3ª do caderno de encargos;
- d) Não cumpram qualquer uma das disposições do presente programa e caderno de encargos;
- e) Revelem qualquer dos motivos de exclusão previstos no art.70.º e no n.º 2 e 3 do art.146.º, ambos do CCP.
- f) Não apresentem preços unitários para todos os bens que compõem cada um dos lotes aos quais o concorrente pretende apresentar proposta.



Cláusula 12.^a

Preço ou custo anormalmente baixo

1. O preço ou custo de uma proposta poderá ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71º do Código dos Contratos Públicos.
2. No caso previsto no número anterior, será solicitada, previamente, ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativo aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta.

Cláusula 13.^a

Critério de Adjudicação

1. A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, nos termos da alínea a), do nº1, do artigo 74º, do CCP- **Multifator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado pelos seguintes fatores – **Preço e Consumo Sustentável**, de acordo com o seguinte modelo:

$$CF = 0,80 \times P + 0,20 \times CS$$

Em que:

CF - Classificação Final da Proposta - avaliada numa escala de **0 a 100 pontos**;

P – Valoração atribuída à proposta no **Fator “Preço”**;

CS - Valoração atribuída à proposta no **Fator “Consumo Sustentável”**.

No que concerne à avaliação dos diferentes fatores:

a) Preço (P)

O fator preço será calculado de acordo com a seguinte expressão, com o limite máximo de 100 pontos:



$$Vp = 170 - (Pp/Pb \times 100)$$

Em que:

Vp – Valoração a atribuir no fator Preço;

Pp – Preço da proposta apresentada em euros;

Pb – Preço Base do procedimento em euros.

b) Consumo Sustentável (CS)

Qualidade, medida pela inclusão de produtos alimentares detentores de certificação (Modo de Produção Biológica (MPB), Denominação de Origem Protegida (DOP) ou Indicação Geográfica Protegida (IGP).

Aferido pelo número de produtos alimentares detentores de certificação (Modo de Produção Biológica, Denominação de Origem Protegida ou Indicação Geográfica Protegida), tendo em conta o seguinte quadro classificativo por patamares:

- i. Não apresenta qualquer compromisso nesta matéria: **0 pontos**
- ii. A proposta apresenta o compromisso de fornecer um *mínimo inferior a três* produtos alimentares com certificação MPB, DOP ou IGP: **50 pontos**
- iii. A proposta apresenta o compromisso de fornecer, *no mínimo*, três produtos alimentares com certificação MPB, DOP ou IGP: **75 pontos**
- iv. A proposta apresenta o compromisso de fornecer, *no mínimo*, cinco produtos alimentares com certificação MPB, DOP ou IGP: **100 pontos**

2. Caso haja empate, será utilizado o sorteio que se rege pelas seguintes regras:

- a) O sorteio será realizado através da retirada de bolas identificadas com o n.º de entrada das propostas dos concorrentes, podendo assistir ao mesmo os concorrentes com propostas empatadas;
- b) A primeira bola retirada corresponderá à proposta a adjudicar;
- c) Serão retiradas todas as bolas, a fim de ordenar os concorrentes e acautelar eventuais problemas na fase de apresentação dos documentos de habilitação.



Cláusula 14.^a

Documentos de habilitação

- a) O concorrente deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos via plataforma Acingov de contratação pública:
- i) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do mesmo código;
 - ii) Certidão da Conservatória do Registo Comercial com a indicação dos representantes legais da Sociedade com poderes para proceder à outorga e a que título, pois caso seja por mandato, será necessário apresentar a respetiva procuração;
 - iii) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, ficando dispensado da apresentação destes documentos caso o adjudicatário se encontre inscrito no Portal de Fornecedores do Estado.
 - iv) Registo Central de Beneficiário Efetivo, nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto
- b) Concede-se o prazo de 5 dias úteis para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP.

Cláusula 15.^a

Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação nos prazos fixados no ponto XV do presente programa;
2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Cláusula 16.^a

Caução

No presente procedimento não é exigida a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.



Cláusula 17.^a

Outorga do contrato

No presente procedimento é exigível a redução do contrato a escrito segundo o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 95º do Código dos Contratos Públicos, sempre que o valor adjudicado seja superior a €10.000,00 (dez mil euros), em data conveniente para as duas partes no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.

Cláusula 18.^a

Contagem dos prazos

Na fase de formação do contrato os prazos contam-se nos termos do disposto no art.470.º CCP.

Cláusula 19.^a

Legislação Aplicável

Em tudo o omissso, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos na sua redação atual e restante legislação aplicável.

Cláusula 20.^a

Avaliação de fornecedores

A CPL, I.P. irá proceder à avaliação da prestação de serviços/bens, de acordo com 2 critérios: conformidade da entrega (62.50%) e prazo de entrega (37.50%).

Esta avaliação será comunicada ao(s) adjudicatário(s) no início do ano civil seguinte ao da prestação.



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 – . . . (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) . . . (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de . . . (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) . . .

b) . . .

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), (data), ... [assinatura (4)].

(1)Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2)No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3)Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1, e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(4)Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos – Anexo II]

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário (a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ³ os documentos comprovativos de que a sua representada ⁴ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data),...[assinatura ⁵]

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁵ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.